

LEGISLATIVO

NOTÍCIAS

RIO GRANDE DO NORTE
SEGUNDA-FEIRA
8 de novembro de 2021

INFORME PUBLICITÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Foto: Eduardo Maia

TRABALHO

Deputados
batem recorde
de produção
legislativa

PÁGINA 12 E 13



DEPUTADOS VISITAM OBRAS DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Quando estiver concluído, Eixo Norte vai beneficiar 750 mil pessoas em 54 cidades do RN além da PB, CE e PE

PRÊMIO UNALE

ALRN
concorre em
três categorias
na 24ª edição
da conferência

PÁGINA 6 e 7

CPI COVID

Trabalhos
devem ser
encerrados
em meados
de dezembro

PÁGINA 8 e 9

CPI DA ARENA

Empresa que
cuidou do
financiamento
da construção
será ouvida

PÁGINA 10 e 11

CONCURSO

Provas devem
acontecer
no primeiro
semestre de
2022

PÁGINA 14

HOMENAGEM

Escola da
AL receberá
Medalha
Mérito em
Educação

PÁGINA 15



Encontro aconteceu nos dias 28 e 29 de outubro, discutindo assuntos de bastante relevância para os profissionais da área e legisladores estaduais e municipais

Procuradoria da Assembleia realiza III Encontro de Procuradores e Advogados Legislativos em Apodi

COORDENADO PELO PROCURADOR-GERAL, SÉRGIO FREIRE, O SIMPÓSIO FOI PROMOVIDO PELA PROCURADORIA-GERAL DA ASSEMBLEIA E ESCOLA DO LEGISLATIVO E TEVE COMO OBJETIVO GERAL FORTALECER A ADVOCACIA PÚBLICA LEGISLATIVA

O III Encontro de Procuradores e Advogados dos Legislativos do Rio Grande do Norte foi realizado no auditório Lúiza Cantova do Instituto Federal de Educação Tecnológica-IFRN, Campus da cidade de Apodi, região Oeste do Estado, numa promoção da Procuradoria-Geral da Assembleia e da Escola do Legislativo. O encontro aconteceu dias 28 e 29 de outubro, discutindo assuntos de relevância para os profissionais da área e legisladores - es-

taduais e municipais.

Coordenado pelo Procurador-Geral, Sérgio Freire, o simpósio teve como objetivo geral fortalecer a Advocacia Pública Legislativa, uma vez que tanto o Advogado Público estadual, quanto o municipal, necessitam de independência, principalmente para poder defender ainda mais os propósitos e as prerrogativas do Legislativo, de forma mais direta e objetiva.

A primeira palestra, "Implicações da Lei Geral de Proteção de Da-

dos Pessoais (LGPD) no Poder Público, foi desenvolvida pelos assessores da Procuradoria-Geral, Lucas Leal Sampaio e Alberto Talma Catão Quirino. A Lei foi sancionada com o objetivo de aumentar uma maior responsabilidade de órgãos que trabalham com informações pessoais como forma de se evitar perdas, abusos ou uso de dados para fins que não são autorizados.

"A LGPD vem para regular também o uso de dados pessoais do

marketing político, impactando diretamente na estruturação de campanhas eleitorais. Uma informação que trago bem nova. Houve denúncias contra a chapa de Bolsonaro e do general Mourão, mas não foram apresentadas provas suficientes para a ação prosperar. O Ministro do Supremo Tribunal, Alexandre de Moraes passou o recado que se isso acontecer de novo em eleição vai ser caçado o registro, pontificou o conferencista Alberto

Talma Catão Quirino.

O expositor Lucas Sampaio centrou a participação numa análise no tocante às implicações relacionadas com o Poder Legislativo. "A atividade parlamentar exige o tratamento de dados pessoais no âmbito dos gabinetes parlamentares e, que, por força das prerrogativas constitucionais, fogem do âmbito da regulação."

Ele também abordou a importância da Assembleia Legislativa, enquanto órgão público,

de estar demonstrando como a Lei Geral de Proteção de Dados está sendo aplicada nas Casas de Leis – o Senado, a Câmara dos Deputados, outras Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais.

“Além disso expus como seria a responsabilização dos órgãos públicos e dos servidores em casos de descumprimento do que determina a Lei. Frisamos também a importância de se adequar aos ditames da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”, acrescentou o palestrante.

Coube ao também assessor da Procuradoria-Geral da ALRN, Antônio Carneiro de Souza Júnior abordar o tema “A Nova Previdência e Suas Reformas”, onde houve uma mudança geral nas regras de aposentadoria. A reforma fixa a idade mínima para homens em 65 anos, mas, para mulheres, passa dos atuais 60 para 62 anos – ambos para trabalhadores urbanos. A idade mínima muda em alguns casos específicos. Essas são algumas mudanças da nova Lei da Previdência.

“Na nossa palestra fizemos uma análise das reformas previdenciárias desde a Emenda Constitucional Federal de 03/93 até a Emenda Constitucional Federal 103/2019, levando-se em consideração a Emenda Constitucional Estadual 20/2020. A finalidade foi analisar as regras transitórias e de transição, assim como o respeito ao direito adquirido ao longo do tempo. O objetivo é qualificar os assessores na análise da concessão de aposentadoria e pensão”, registrou Antônio Carneiro.

No segundo e último dia do III Encontro de Procuradores e Advogados dos Poderes Legislativos do Rio Grande do Norte, o tema da conferência foi “Aspectos Práticos das Comissões de



Procurador Sérgio Dias destaca necessidade de ampliar diálogo sobre de que forma o legislativo estadual pode ajudar as Câmaras Municipais

Inquérito Legislativas”, abordado pelo assessor da Procuradoria-Geral da ALRN, advogado Renato Moraes Guerra.

Na exposição, ele abordou os principais segmentos de uma comissão dessa natureza, tanto na Assembleia Legislativa - CPI, como nas Câmaras Municipais de Vereadores - Comissão Especial de Investigação (CEI). Renato disse que esses trabalhos representam uma função típica do Poder Legislativo, que é o de fiscalizar. Uma fiscalização com teor de contribuição para dar uma resposta à sociedade.

“As Comissões Parlamentares de Inquérito são prerrogativas constitucionais de fiscalização do Legislativo. No contexto atual, essas comissões devem ativar de maneira colaborativa e próxima do que espera a sociedade”, disse Renato Guerra.

Ele exemplificou que

a Comissão Parlamentar da Covid-19, da Assembleia Legislativa, está investigando 12 processos, e é desenvolvida dentro do que estabelece a Constituição Federal, respeitando o princípio da ampla defesa e contraditório.

No desenvolvimento da palestra, ele fez referência aos principais segmentos de uma CPI, como as oitivas de investigação com direito ao silêncio e acompanhamento de advogado; o não comparecimento; a obrigatoriedade da convocação e a importância da pauta dos trabalhos e das atas.

Renato também esclareceu que os chefes dos poderes não podem ser convocados, assim como numa CEI um município não pode convocar autoridades de outros municípios.

Logo após a palestra, houve um Fórum de Debates sobre as Práticas

da Advocacia, coordenado pelo procurador-geral da Assembleia Legislativa, Sérgio Freire, com palavra aberta aos participantes.

O procurador destacou que é necessária a ampliação do diálogo, que começou com a realização desses encontros, com a discussão sobre de que forma o legislativo estadual pode ajudar as Câmaras Municipais.

O controlador da Câmara Municipal de Severiano Melo, Elano Gomes, disse que um problema grave da maioria das Câmaras é o regimento interno atrasado. “A Lei Orgânica de vários municípios também nunca recebeu sequer uma emenda. O fortalecimento do Legislativo é a maior ação que a Assembleia está fazendo”, destacou.

O advogado Aldo Araújo disse que já passou da hora de as Câmaras revisarem os seus

documentos, ratificando que os regimentos e as Leis Orgânicas estão quase todas defasadas. “Vinte e cinco emendas constitucionais são referentes aos municípios”, explicou.

O presidente da Câmara de Janduís, Artur Barbosa, disse que “a gente tem trabalhado mais respondendo ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público do que administrando a Câmara. Esses órgãos deviam antes detectar qualquer erro técnico para que fosse corrigido e não aplicar multas exorbitantes”.

Participaram da Mesa dos Trabalhos, o procurador Sérgio Freire; o Prefeito de Apodi, Alan Jefferson da Silveira Pinto; o presidente da Câmara Municipal, vereador Antônio de Souza Maia Júnior; a vereadora de Mossoró, Larissa Rosado e o advogado Aldo Araújo.

Deputados potiguares visitam obras de transposição do rio São Francisco

EVENTO PELA CHEGADA DAS ÁGUAS DO 'VELHO CHICO' AO EIXO NORTE DA OBRA FOI REALIZADO NO MUNICÍPIO PARAIBANO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS, COM PRESENÇA DOS DEPUTADOS FRANCISCO DO PT E GEORGE SOARES

Os deputados Francisco do PT e George Soares (PL), vice-presidente e membro, respectivamente, da Frente Parlamentar das Águas, foram à Paraíba participar do evento de visita e celebração pela chegada das águas do rio São Francisco ao trecho final do Eixo Norte da transposição, na Barragem de Boa Vista, em São José de Piranhas, no estado paraibano.

Eles foram convidados pelo presidente da Frente Parlamentar das Águas e da Agricultura Familiar da Assembleia Legislativa da Paraíba, José Campos (PSB), que reuniu uma comitiva formada por políticos, representantes de sindicatos, igrejas e associações da maior barragem do Eixo Norte.

“Hoje é um dia histórico. Ver essas águas chegando na Paraíba nos dá a certeza que em breve estas chegarão ao solo potiguar”, disse Francisco, vice-presidente da Frente Parlamentar das Águas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN).

As águas do “Velho Chico” chegaram ao estado da Paraíba pela Barragem de Morros, seguindo para a Barragem Boa Vista, ambos localizados em São José de Piranhas. De lá, seguem pelo túnel Cuncas 2 e desembocam no Reservatório Caiçara, que terá duas tomadas d'água. A primeira abastecerá a Barragem Engenheiro Ávidos e a outra abastecerá o Ramal do Apodi, através do rio Piranhas-Açu, no Rio Grande do Norte, levando água à Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, em Assu.

“A chegada das águas do rio São Francisco ao Rio Grande do Norte representa desenvolvimento, vida e a permanência do homem do campo em sua terra”, comentou o deputado George Soares.

Apesar de feliz com a entrega dessa etapa da obra, o deputado Francisco lamentou a demora para a chegada das águas do Velho Chico ao Rio Grande do Norte. “Como sertanejo e seridoense que sou, vejo com muita emoção as águas chega-

rem aqui em São José de Piranhas (PB). Porém, é lamentável que até hoje o chão do Rio Grande do Norte não tenha uma gota sequer da transposição”, disse o deputado.

Ele ainda afirmou que, como responsável pela Frente Parlamentar das Águas na ALRN, tem realizado visitas técnicas às obras, audiências com representações ligadas ao setor, além de apresentar requerimentos cobrando a celeridade por parte do Governo Federal.

“Na condição de presidente e agora de vice-presidente da Frente Parlamentar das Águas, no âmbito da Assembleia Legislativa do RN, tenho lutado de forma incansável para que esse sonho, iniciado graças à coragem e determinação do ex-presidente Lula, seja realizado”, argumentou.

Quando o trecho estiver pronto, o Apodi vai atender 750 mil pessoas de 54 cidades da Paraíba, do Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. O início das obras do empreendimento foi em junho deste ano.



O investimento federal nas obras físicas é de R\$ 938,5 milhões.

A obra de transposição do rio São Francisco tem 260 km de extensão,

três estações elevatórias e beneficiará 12 milhões de pessoas nos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.



OBRA NO RN

Neste mês de outubro, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) anunciou a liberação de recursos e novos investimentos de cerca de R\$ 280 milhões, que deverão ser aplicados em empreendimentos nos próximos anos, para garantir a segurança hídrica, saneamento, desenvolvimento regional e social do Rio Grande do Norte.

Em Jucurutu, onde está em construção a Barragem de Oititica, o ministro Rogério Marinho anunciou o repasse de mais R\$ 10 milhões para a continuidade da obra. A infraestrutura vai receber as águas do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco e tem, até o momen-

to 91,37% de execução.

A execução é de responsabilidade do Governo do Estado, com apoio financeiro da União, por meio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). O investimento total é de R\$ 657,2 milhões, sendo R\$ 638,2 milhões do Governo Federal.

Quando concluída, a barragem vai atender 330 mil pessoas de oito cidades potiguares, além de contribuir com o controle das cheias na região, permitir uma ampliação de até 10 mil hectares da área irrigada da Bacia Piranhas-Açu e gerar energia suficiente para atender uma cidade de 140 mil habitantes.

HISTÓRICO DA OBRA

A obra de transposição do rio São Francisco teve início no ano de 2007, ainda no governo Lula. Contudo, o projeto criado pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento existe desde 1985.

O objetivo do projeto de transposição é transferir as águas do São Francisco para abastecer pequenos rios e açudes, os quais seriam responsáveis por distribuir a água e, consequentemente, resolver uma parte do problema da seca na região Nordeste do país.

Com a conclusão da obra, mais de 380 municípios serão beneficiados. No entanto, para atender o maior número de famílias e municípios, o projeto foi dividido em dois eixos: Eixo Norte e Eixo Leste.

O Eixo Norte, cuja extensão é de mais de 400 km, abrange os estados do Ceará, Per-

nambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba.

O Eixo Leste, por sua vez, é composto por regiões dos estados de Pernambuco e da Paraíba, com uma extensão aproximada de 220 quilômetros.

Apesar dos vários benefícios oferecidos pela transposição, o projeto não deixou de passar por polêmicas.

Críticos dizem que a transposição pode afetar a biodiversidade e uma série de atividades dos locais por onde passa a obra. Outra questão apontada pelas pessoas contrárias ao projeto é o custo da empreitada - os investimentos do Governo Federal giram em torno de R\$ 12 bilhões -, que não será capaz de atender todo o público que necessita das águas do Velho Chico. De acordo com o Governo Federal, a obra está 97% concluída.

Foto: Eduardo Maia



ALRN concorre a prêmios nacionais da Unale em três categorias

EVENTO ACONTECE DE 24 A 26 DE NOVEMBRO, COM 26 CASAS LEGISLATIVAS CONCORRENDO NAS CATEGORIAS DE GESTÃO, ATENDIMENTO AO CIDADÃO E PROJETOS ESPECIAIS. LEGISLATIVO DO RN FICOU EM PRIMEIRO LUGAR NO ANO PASSADO COM O SISTEMA LEGIS RH

Gestão, Atendimento ao Cidadão e Projetos Especiais. Essas são as três categorias de premiação

da 24ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, nas quais a Assembleia

Legislativa do RN irá concorrer com as outras 26 Casas Legislativas do país. A Conferência vai aconte-

cer de 24 a 26 de novembro e o Legislativo do RN foi quem conquistou o 1º prêmio da categoria Ges-

tão, em 2019, com o Legis RH, sistema desenvolvido pela Diretoria de Gestão Tecnológica.



Nessa edição, a mesma diretoria vai concorrer, também em Gestão, com o eLegis, o sistema que revolucionou todo o trâmite do processo legislativo; na categoria Atendimento ao Cidadão com os Programas de Atendimento ao Cidadão, realizados por diversos setores mas agrupados na Diretoria de Políticas Complementares e, por fim, na última categoria, Projetos Especiais, com o

Conexão Parlamento, realizado pela Escola da Assembleia.

O eLegis foi quem automatizou eletronicamente toda a produção legislativa, ou seja, através dele é possível acompanhar, por exemplo, um requerimento, ou projeto de lei, desde o seu nascimento, até o encerramento do processo, com todos os trâmites.

“Isso é possível a quem acessa o sistema, servi-

Foto: Eduardo Maia



Legislativo do RN conquistou o 1º lugar da categoria Gestão, em 2019, com o Legis RH

dores, assessores, o corpo de funcionários, mas temos avanços e para 2022 estamos aprimorando o eLegis para que possa ser acessado pelo público externo”, informa Mário Sérgio, diretor de Gestão Tecnológica.

Na categoria Atendimento ao Cidadão, a Diretoria de Políticas Complementares está levando na bagagem a experiência de todos os projetos de cunho social, saúde e ações de cidadania desde 2017 e a condução do Comitê de Retomada dos trabalhos presenciais da Casa em 2020.

“Agrupamos também as ações e projetos sociais e socioculturais realizados pelo Procon da Assembleia e pelo Memorial Legislativo. O Memorial foi às escolas e institutos de educação abordar temas importantes, além de abrigar nosso museu”, explica Ricardo Fonseca, diretor.

Na terceira categoria, de Projetos Especiais, será a vez da Escola da Assembleia participar com o Conexão Parlamento, o projeto que interioriza as ações da Escola da Assembleia, levando cursos de capacitação a todas as regiões do RN, para servidores das Câmaras Municipais e da própria comunidade e que in-

clusive já foi premiado: “O Conexão Parlamento teve sua atuação reconhecida nacionalmente com o prêmio Top Legislativo 2021 da União dos Vereadores do Brasil (UVB), que vai ser recebido em dezembro. É

PRÊMIO

Os vencedores serão escolhidos pelos conferencistas da 24ª Conferência Nacional da Unale, com votação em modo remoto e presencial, e serão premiados ao fim do evento. De acordo com a

uma alegria saber que uma entidade nacional está reconhecendo o trabalho que nós estamos fazendo, levando cursos para as Câmaras dos vereadores”, afirma João Maria de Lima, diretor da Escola.

cedor receberá a quantia de R\$ 20 mil, para serem investidos em projetos futuros, além do selo da Assembleia Cidadã e o troféu transitório que fica em exposição na Casa Legislativa pelo prazo de um ano.

PLATAFORMA LEGIS RH, DESENVOLVIDA PELA ALRN É REFERÊNCIA NACIONAL

O Legis RH, desenvolvido pela Diretoria de Gestão Tecnológica da ALRN, é referência nacional. A plataforma utilizada no setor de Recursos Humanos e folha de pagamento da ALRN foi vencedor do Prêmio Assembleia Cidadã da Unale (União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais) na categoria “Gestão”. O desempenho da plataforma despertou o interesse das casas legislativas da Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Mato Grosso.

“Quero aproveitar para

agradecer a cordialidade com que fomos recebidos por toda equipe da Assembleia de São Paulo e dizer que é um prazer essa troca de experiência. Não só ensinando, mas tivemos a oportunidade de aprender muito sobre a rotina da Casa paulista”, ressaltou o diretor de Gestão Tecnológica da ALRN, Mário Sérgio Gurgel.

O sistema Legis RH estava contemplado no Planejamento Estratégico da ALRN e terá novas etapas no horizonte 2023 com macrodesafios (objetivos estratégicos).

Foto: Eduardo Maia



Deputado Kelps Lima (à dir.), presidente da CPI, comemora resultados obtidos, lembrando que a Comissão conseguiu avanços significativos em suas investigações

CPI da Covid-19

da Assembleia Legislativa do RN deve ser encerrada no dia 16 de dezembro

COMISSÃO QUE APURA GESTÃO DE CONTRATOS DO GOVERNO FOI INSTALADA NO DIA 4 DE AGOSTO E SE REÚNE PARA DISCUTIR ÚLTIMOS PONTOS DO RELATÓRIO NOS DIAS 8 E 15 DE DEZEMBRO, GRAÇAS A UM CALENDÁRIO PROPOSTO E ACORDADO ENTRE OS MEMBROS DA CPI

Instalada no dia 4 de agosto, a Comissão Parlamentar de Inquérito que apura a gestão dos contratos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte durante a pandemia de Covid-19 chega na reta final dos trabalhos, com expectativas de ser finalizada em meados do mês de dezembro.

Isso se dá graças a um calendário proposto e acordado entre os deputados membros da CPI. Segundo o planejado, no dia 2 de dezembro, o relator, deputado Francisco do PT, fará a leitura do relatório final da CPI. Nos

dias 8 e 15 de dezembro, a CPI se reúne para fazer as discussões acerca do relatório. Finalmente, no dia 16, a sessão será exclusiva para votação do relatório final e seus possíveis destaques, ficando para este dia a previsão de encerramento dos trabalhos da CPI da Covid no RN.

Com a leitura do relatório final proposta para acontecer no dia 2 de dezembro, as oitivas de testemunhas deverão ser finalizadas ainda neste mês de novembro, no dia 25. Considerando o trabalho feito até aqui,

o deputado Kelps Lima, presidente da CPI, comemora os resultados obtidos, lembrando que a Comissão conseguiu avanços tão significativos em suas investigações quanto a CPI da Pandemia no Senado Federal.

“A CPI chega em sua reta final cumprindo o que era previsto. Uma investigação séria, independentemente correta. As primeiras semanas foram mais investigativas no tocante a conseguirmos documentos sigilosos e conseguimos mais que a

CPI do Senado”, diz Kelps Lima, presidente da CPI.

O parlamentar potiguar conseguiu dar um destaque nacional aos trabalhos realizados no legislativo potiguar, quando colocou em pauta a compra frustrada de respiradores feita pelo Consórcio Nordeste, e que gerou um prejuízo de quase R\$ 50 milhões aos estados da região, sendo destes R\$ 4,8 milhões só no Rio Grande do Norte.

Alguns dos principais pontos de atenção são as convocações de líderes do consórcio, como

o secretário-executivo Carlos Gabas. A sua presença no parlamento do Rio Grande do Norte chamou a atenção do senador Eduardo Girão (PODE-CE), membro da CPI da Pandemia em Brasília, que fez questão de participar da reunião da Comissão local que recebeu Gabas como testemunha.

“Hoje vivemos um dia emblemático, porque o ex-ministro da Dilma, Carlos Gabas, que é o secretário-executivo do Consórcio Nordeste, que um requerimento meu tentou levar ao Senado,

Foto: Eduardo Maia



Com três meses de instalação, a CPI da Covid no RN já ouviu 54 pessoas em 25 reuniões completadas na sessão do último dia 4 de novembro

mas os senadores votaram contra, veio aqui”, disse o senador Eduardo Girão, que completou: “você fizeram aquilo que todo o Brasil quer”, se referindo ao fato de a CPI da Covid na ALRN investigar a compra de respiradores do Consórcio Nordeste.

Com três meses de instalação, a CPI da Covid no RN já ouviu 54 pessoas em 25 reuniões completadas na sessão do último dia 4 de novembro, quando foi aprovado o requerimento para que a Comissão ingresse na Justiça com um pedido de condução coercitiva do prefeito de Araraquara, conhecido como Edinho do PT, que é investigado no âmbito da compra de respiradores pelo Consórcio Nordeste, e que não compareceu à reunião, onde ele deveria ser ouvido como testemunha.

“Depois de diversas ligações sem resposta e da divulgação de nota pela Prefeitura de Araraquara, com declarações do prefeito, desdenhando da CPI da Covid, me reuni com o presidente

da Assembleia, deputado Ezequiel Ferreira e com o Procurador da Casa, decidimos que esperaríamos o comparecimento do prefeito. Em caso de não comparecimento, foi comunicado que ingressaríamos na Justiça para que seja feita a condução coercitiva de Edinho Silva, que teve atitude desrespeitosa. Ele optou pelo desdém, pelo descaso”, disse o presidente da CPI da Covid na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Kelps Lima.

Os efeitos negativos da compra frustrada de respiradores pelo Consórcio Nordeste e falta de ação do órgão no intuito de tentar sanar os prejuízos causados, levaram a Comissão a aprovar, na reunião do último dia 3 de novembro, um requerimento para que a governadora do RN, Fátima Bezerra, encaminhe a saída do Estado do Consórcio Nordeste. Para o deputado Kelps Lima, presidente da CPI e autor do requerimento, a permanência do Rio Grande do Norte no Consórcio, mesmo após



CPI chega à reta final cumprindo o que era previsto; uma investigação séria e independente

acusações de corrupção, mal uso de dinheiro público e desvio de finalidade, seria um péssimo indicativo de prioridades da governadora.

“Agora é aguardar se a Governadora Fátima Bezerra, que será notificada formalmente e com acesso aos documentos comprobatório de mal uso de dinheiro do nosso Estado, irá permanecer ou não com sua decisão de prestigiar o senhor Carlos Gabbas. Entre outros fatos suspeitos, Carlos Gabbas solicitou que quase R\$ 5 milhões do dinheiro ar-

recadado pelos estados nordestinos fossem doados à Prefeitura de Araraquara, gerida pelo seu colega de partido Edinho do PT. O que parece é que os aliados partidários da governadora são mais importantes que o nosso Estado”, disse Kelps Lima.

No mesmo dia 3, estiveram presentes na reunião da CPI os empresários Luiz Henrique Ramos e Cristiana Prestes Taddeo, donos da Hemptcare, empresa que recebeu R\$ 48 milhões do Consórcio Nordeste para a compra de

respiradores e não encaminhou nenhuma unidade dos equipamentos aos Estados, contudo eles permaneceram em silêncio e não responderam nenhuma pergunta dos parlamentares.

Até aqui, a Comissão já ouviu 54 pessoas relacionadas a nove contratos celebrados pelo Governo do Estado do RN na gestão do combate à pandemia da Covid-19. Oitavas relacionadas ao décimo contrato já estão agendadas. A previsão é de que, ao todo, a CPI da Covid no RN faça a análise de 12 contratos.

CPI da Arena das Dunas

vai ouvir responsáveis pelo financiamento da construção do estádio para a Copa de 2014

DEBATES SOBRE CONTRATO ACONTECERÃO NESTA TERÇA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO, COM REPRESENTANTES DA EMPRESA VALORA

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Arena das Dunas vai ouvir nesta terça-feira (9) representantes da Empresa Valora, responsável pelo financiamento da construção da Arena das Dunas. A CPI investiga um contrato firmado entre o Governo do Rio Grande do Norte e a empresa Arena das Dunas Concessões e Eventos S/A, que gerencia a praça esportiva erguida para a Copa do Mundo de 2014.

A CPI da Arena foi instalada no dia 29 de maio de 2020, após uma auditoria da Controladoria-Geral do Estado apontar prejuízo de R\$ 421 milhões ao Estado. O resultado do estudo é contestado pela Arena. Treze reuniões já foram realizadas até o momento. No último encontro, que ocorreu no mês de outubro, foram ouvidas testemunhas elencadas no processo como fiscais de contratos e procuradores, entre eles: Luiz Roberto, Tânia de Brito, Marjorie Madruga, José Marcelo e José de Arimatéia Góis. Além do engenheiro Marcelo Augusto de Souza Lima. “É uma fiscalização complexa, eu tenho que fiscalizar o verificador independente. Tem que haver uma modificação na nota de manutenção. Ela tem que ser do Estado e não da Arena”, declarou Marcelo Augusto.

Nas oitavas, foi levantada a questão da modificação do contrato por um ofício, saindo da repartição de receita líquida para lucro líquido, o que está resultando num

Foto: Carlos Azevedo/Novo



CPI investiga contrato firmado entre o Governo do RN e a empresa Arena das Dunas Concessões e Eventos, que gerencia estádio

Foto: Eduardo Maia



Deputados Isolda Dantas, Coronel Azevedo e Eliabe Marques

prejuízo para o Poder Público. De acordo com as informações apuradas, o repasse da Arena das Dunas foi de apenas R\$ 27 mil, e o prejuízo alcança os R\$ 32,6 milhões ao erário potiguar.

De acordo com o presidente da Comissão, o deputado Coronel Azevedo (PSC) é preciso ter um controle de um verificador independente. “A revisão nesse sistema era pra ter sido feita em 2016. O controle tem que ser feito pelo verificador independente, de forma que não seja penalizada a empresa, nem a Arena das Dunas. A fiscalização só começou em março de 2019, depois que o ex-deputado Sandro Pimentel solicitou uma

auditoria”, disse o deputado Azevedo.

Os parlamentares que integram a Comissão apontam que o cronograma da comissão está bem avançado, segundo a relatora do grupo de trabalho, deputada Isolda Dantas (PT), há uma expectativa otimista de conclusão do relatório até o final deste mês.

“Ainda tem muito mistério para ser desvendado, muitos pontos precisam ser investigados. No entanto, considero que avançamos no cronograma que está sendo cumprido e esperamos que seja atendida a meta para apresentarmos o relatório no dia 30 de novembro próximo”, afirmou a deputada.

Foto: Eduardo Maia



“

AINDA TEM MUITO MISTÉRIO PARA SER DESVENDADO, MUITOS PONTOS PRECISAM SER INVESTIGADOS. NO ENTANTO, CONSIDERO QUE AVANÇAMOS NO CRONOGRAMA QUE ESTÁ SENDO CUMPRIDO E ESPERAMOS QUE SEJA ATENDIDA A META PARA APRESENTARMOS O RELATÓRIO NO DIA 30 DE NOVEMBRO PRÓXIMO”

DEPUTADA ISOLDA DANTAS

PREJUÍZOS

O pontapé inicial da CPI se deu a partir de uma auditoria que apontou um prejuízo de R\$ 421 milhões no contrato do Governo do RN com a Arena das Dunas. O valor é o estimado pela Controladoria-Geral do Estado até o fim do contrato. Com prejuízo atual de R\$ 110 milhões, o órgão, inclusive, recomendou a suspensão de pagamentos mensais - de cerca de R\$ 8,5 milhões.

De acordo com a Control, o estudo levou cerca de um ano para ser concluído. O contrato de parceria público-privado foi firmado para construção e administração da Arena das Dunas - erguida no lugar do Estádio João Machado, o Machadão (demolido) - para sediar quatro jogos de futebol durante a Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil. A empresa OAS foi a vencedora de uma licitação internacional.

O valor do prejuízo estimado é quase o mesmo do valor que foi gasto na obra. Na entrega, o governo anunciava que

a Arena tinha sido construída ao custo de R\$ 423 milhões.

Do total de R\$ 421 milhões de prejuízo estimado, R\$ 361,2 milhões seriam referentes somente aos repasses fixos mensais que o Governo do Estado faz à Arena para pagar o custo da obra de construção.

De acordo com a auditoria, para realizar a obra, a empresa pegou empréstimos de R\$ 475.851.000,00 ao BNDES e outra financeira. Ao fim do período, pagará R\$ 837.813.203,00, considerando amortização e taxas de juros.

Atualmente, o estado repassa cerca de R\$ 10 milhões mensais à administradora da Arena. Desse total, 85%, cerca de R\$ 8,5 milhões, são fixos e dizem respeito à infraestrutura. Com isso, ao fim do contrato, o Estado repassaria um total R\$ 1,19 bilhão - uma diferença de mais de R\$ 300 milhões, e o que, para a Control, representa um enriquecimento indevido da empresa.



Membros da CPI apontam que o cronograma está bem avançado

VALORES A SEREM RECUPERADOS

Com a limitação dos repasses mensais:

R\$ 361.206.446,0

Com dedução do verificador independente

R\$ 2.740.107,39

Ajuste das fontes adicionais de receita

R\$ 57.175.285,22

Fotos: Eduardo Maia



Deputados batem recorde de produção legislativa com 206 leis em 2021

ATÉ O FINAL DO MÊS DE OUTUBRO O PODER EXECUTIVO DO RN SANCIONOU UM TOTAL DE 8 LEIS COMPLEMENTARES E 198 LEIS ORDINÁRIAS, TODAS APRESENTADAS PELO PARLAMENTO POTIGUAR. ESSE É O MAIOR NÚMERO DE LEIS SANCIONADAS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS E O 4º ANO COM O MAIOR NÚMERO DESDE O ANO DE 2000

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte segue apresentando bons números quando o assunto é produção legislativa. No último trimestre, correspondente aos meses de agosto, setembro e outubro, a ALRN registra 53 leis aprovadas e sancionadas, sendo 47 leis ordinárias e cinco leis complementares.

Mesmo com todas as restrições ainda remanescentes das medidas de combate à pandemia, os parlamentares

potiguares não deixaram de se dedicar no intuito de manter sempre o bem-estar da população potiguar.

A produção legislativa no período de agosto a outubro de 2021 foi permeada pela deliberação de temas de grande relevância para o Estado. Entre as matérias apreciadas e aprovadas pelo parlamento potiguar, é possível destacar algumas.

A primeira matéria aprovada nesse período a ser destacada é a



Parlamentares não mediram esforços para analisar, debater e sancionar leis nos últimos três meses

Lei Complementar Estadual nº 685, de 08 de setembro de 2021, de iniciativa da Chefe do Executivo, que chegou à Assembleia Legislativa como o Projeto de Lei Complementar nº 10/2021 (Processo Legislativo nº 2129/2021).

O novo texto legal alterou os artigos 111 e 112 do Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado, a Lei Complementar Estadual nº 122/94, para estender as hipóteses de ausência e conceder o direito a horário especial ao servidor público, que tenha filho ou dependente com deficiência.

Dentre as mudanças, foi possibilitado ao servidor ausentar-se para exames preventivos de câncer, assim como cumprir horário especial de trabalho sempre que seja considerado pessoa com deficiência ou que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza, incluindo-se aí os responsáveis por pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Outra matéria que passou pelo crivo dos deputados estaduais do Rio Grande do Norte é a Lei Ordinária Estadual nº 10.966, de 05 de julho de 2021. A Lei é oriunda do Projeto de Lei nº 286/2020 (Processo Legislativo nº 2402/2020), de autoria do deputado Gustavo Carvalho (PSDB) e tem o intuito de promover a transparência na administração pública, permitindo o controle da população sobre os gastos com viagens da Administração Pública Estadual. Objetivamente, a Lei "torna obrigatória a divulgação do custeio de viagens de agentes políticos, servidores ou colaboradores públicos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e dá outras providências."

Uma terceira lei que também merece destaque, é a que foi proposta pelo deputado estadual Ubaldo Fernandes (PL), e que visa garantir atendimento bancário domiciliar para as pessoas que precisam fazer prova de vida para fins previdenciários, mas estão em condições que as deixam impossibilitadas de se locomover até a agência bancária. Esta matéria surgiu do Projeto de Lei nº 75/2020 (Processo Legislativo nº 740/2020), e converteu-se, após sua aprovação e consequente sanção, na Lei Ordinária Estadual nº 10.985, de 13 de setembro de 2021.

Ao todo foram propostos 128 projetos de Lei Ordinária e 12 de Lei Complementar no período, restando 47 Leis Ordinárias e cinco Leis Complementares aprovadas e sancionadas, representando, em números totais, uma conversão de aproximadamente 40% de todas as proposições em textos legais.

Foto: Eduardo Maia



Produção legislativa no período de agosto a outubro de 2021 foi permeada pela deliberação de temas de grande relevância para o Estado

RELATÓRIO DAS PROPOSIÇÕES APROVADAS QUE SE TORNARAM LEIS, RESOLUÇÕES, DECRETOS LEGISLATIVOS E EMENDAS CONSTITUCIONAIS, NO PERÍODO DE 01.08 A 31.10.2021

PROPOSITURAS	QUANTITATIVO
LEIS ORDINÁRIAS	47
LEIS COMPLEMENTARES	5
RESOLUÇÕES	7
DECRETOS LEGISLATIVOS	1
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	0
ATO DO PRESIDENTE	0
TOTAL	60

RELATÓRIO DAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NO PERÍODO DE 01.08 A 31.10.2021

PROPOSITURAS	QUANTITATIVO
PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA	128
PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR	12
PROJETOS DE RESOLUÇÃO	5
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL	0
REQUERIMENTOS	1018
COMUNICAÇÕES	1
DIVERSOS	33
TOTAL	1197

Fotos: Eduardo Maia



Durante reunião da Comissão Especial dedicada à realização do certame, foi entregue termo de referência para contratação da empresa que realizará as provas

Comissão entrega termo de referência para escolha da banca que realizará **concurso da Assembleia Legislativa**

SERÃO OFERECIDAS 47 VAGAS PARA OS CARGOS EFETIVOS DE ANALISTA LEGISLATIVO – NÍVEL SUPERIOR E TÉCNICO LEGISLATIVO DA CASA. A PREVISÃO É QUE O CERTAME ACONTEÇA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022

O concurso público para preenchimento de vagas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte avançou mais uma etapa. Durante reunião da Comissão Especial dedicada à realização do certame, foi entregue o termo de referência para contratação da empresa que realizará as provas. Agora, a expectativa é que em até 60 dias seja apontada a banca que ficará responsável pela organização do exame.

“O concurso está cada vez mais próximo e já é uma realidade. Vai haver em breve a publicação do termo e serão apresentadas as ofertas das empresas que se adequem ao esperado. Esperamos que em breve te-

nhamos uma evolução também desta etapa e, enquanto isso, manteremos alguns trabalhos paralelos, como ouvir instituições para atender a questões específicas de alguns cargos”, disse o procurador-geral da Assembleia, Sérgio Freire, presidente da Comissão Especial do concurso público da Casa.

As instituições a que o procurador se referiu são, por exemplo, os conselhos regionais de Medicina e de Engenharia. Nestes casos, a Comissão discutirá algumas funções que serão incluídas no futuro edital que se relacionam exatamente com estas atividades profissionais.

Em setembro, a Assembleia Legislativa

publicou autorização para realização de concurso público.

Cabe ainda a Comissão Especial do Concurso Público acompanhar e fiscalizar a execução do certame.

O concurso público da Assembleia terá 47 vagas para os cargos efetivos de Analista Legislativo – Nível Superior e Técnico Legislativo da Casa. A previsão é que o certame aconteça no primeiro semestre de 2022. Ao todo são previstas 24 vagas para o cargo de Analista Legislativo, com remuneração inicial de R\$ 7.725,75 mais benefícios e 23 para o cargo de Técnico Legislativo, com remuneração inicial de R\$ 4.139,75, mais benefícios.

ÚLTIMO CONCURSO FOI 2013

Em termos de comparação e informação aos interessados a concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, o edital para o último concurso realizado pela casa foi publicado em 2013, quando foram oferecidas 85 vagas para os cargos de Técnico Legislativo (nível médio/técnico), Assessor Técnico de Controle Interno (nível superior) e Analista Legislativo (nível superior). A Fundação Carlos Chagas foi a banca escolhida para a realização do certame.

A prova contou com 60 questões, das disciplinas de: Língua Portuguesa, Matemática, Raciocínio Lógico, História do Rio Grande do Norte, Constituição do Estado, Legislação da Assembleia e Co-

nhecimentos Específicos. Para o cargo de Analista Legislativo, porém, era necessária uma redação. Já para quem concorreu às vagas de Técnico Programador, Operador de Som e de Hardware foi necessário um estudo de caso. Os candidatos a Técnico Legislativo, com especialidade em Taquigrafia, foi preciso realizar uma prova prática.

Era preciso atingir, no mínimo, 240 pontos na prova de Conhecimentos Gerais e 180 em Conhecimentos Específicos. Os contatos foram realizados pelo regime estatutário, garantindo estabilidade como servidor público; e os salários eram, à época, R\$ 2.609,48 e R\$ 17.025,00, para jornadas de trabalho de 40 horas semanais.

Foto: Eduardo Maia



Durante a programação, diretor da Escola da Assembleia do RN, João Maria de Lima, foi convidado, também, para ministrar palestra sobre educação e qualificação

Escola da Assembleia

receberá medalha Mérito em Educação pelo projeto Conexão Parlamento

ESCOLA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE FOI INDICADA A RECEBER MEDALHA MÉRITO EM EDUCAÇÃO, NO ENCONTRO DOS LEGISLATIVOS E GESTORES MUNICIPAIS, POR MEIO DO PROJETO CONEXÃO PARLAMENTO, DESENVOLVIDO PELA INSTITUIÇÃO

Promovida dentro do Encontro dos Legislativos e Gestores Municipais, a homenagem será realizada de 08 a 11 de dezembro, na cidade de Encantado/RS.

Em solenidade, dirigida pelo presidente da União dos Vereadores do Brasil, Gilson Conzatti, a condecoração será entregue durante a programação da 4ª edição do Top Legislativo, no qual a UVB homenageia personalidades do Poder Legislativo Brasileiro.

O Encontro dos Legislativos e Gestores Muni-

cipais é realizado anualmente com o objetivo de reunir vereadores e vereadoras de todo país, pelo fortalecimento do legislativo municipal, defesa do municipalismo e debater o cenário político nacional.

Durante a programação do evento, o diretor da Escola da Assembleia do RN, João Maria de Lima, foi convidado, também, para ministrar a palestra "Conexão Parlamento: educação, qualificação, e cidadania no serviço público".

Transpondo os limites de atuação no Poder

Legislativo Estadual, o projeto Conexão Parlamento surgiu da necessidade em levar informação e conhecimento sobre formação política e capacitação pessoal e profissional a diversas regiões do estado do Rio Grande do Norte, promovendo ciclos de debates, palestras e cursos em parceria com as associações representativas do poder legislativo municipal.

O projeto já capacitou cerca de 2 mil servidores de câmaras e população em geral, de mais de 30 municípios.

ESCOLA DA ASSEMBLEIA PREPARA VOLTA PRESENCIAL

Em 2022, a Escola da Assembleia deve oferecer seus serviços de forma presencial novamente, após passar pelo período de atividades remotas em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

"A perspectiva é de duas pós-graduações e muitos cursos presenciais. Por volta de 50 ofertas, entre cursos, palestras e oficinas presenciais", diz o professor João Maria de Lima, diretor da Escola da As-

sembleia, que destaca que a programação exata ainda não está definida, e que essa perspectiva é, por enquanto, um planejamento que deve ser apresentado à diretoria geral.

A Escola oferece cursos de capacitação profissional de 8h, 20h e 32h; três pós-graduações lato sensu, que é uma especialização com certificado de validade nacional; palestras; oficinas; minicursos.



A ALRN ainda mais perto de você.

Já conhece o Legis? Ele chega para trazer ainda mais abrangência na divulgação do trabalho dos 24 deputados do RN. Com o foco na sociedade e no livre acesso à informação, as leis e as ações da ALRN estão ao alcance de todos. Vamos juntos legislar?

Acompanhe pela internet:

- al.rn.leg.br
-    @assembleiarn
- TV Assembleia canal 10.3
- eLegis sistema legislativo

